



**COMBATE À CORRUPÇÃO**

# MPPB investiga 23 construtoras “fantasmas”

O Ministério Público da Paraíba (MPPB) já instaurou 83 inquéritos civis públicos para apurar fraudes em municípios da região de Patos.

A Equipe Especializada em Patrimônio Público e Terceiro Setor e os promotores de Justiça que atuam no Sertão e Alto Sertão têm fiscalizado, desde abril deste ano,

as licitações de obras de engenharia. Vinte e três construtoras “fantasmas” estão sendo investigadas.

Os inquéritos instaurados são desdobramentos da “Operação Transparência”, deflagrada em 2009 por vários órgãos, entre eles o Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (Gaeco).

Página 6

# TAC garante construção de casas populares

O MPPB, o Governo do Estado e o município de Mamanguape celebraram termo de ajustamento de conduta (TAC) para executar o programa “Minha casa, minha

vida”, no bairro Areial. Famílias que vivem em casas de taipa serão beneficiadas com construções de alvenaria. A assinatura do TAC pôs fim à disputa judicial pela área.

Página 4



Foto: Ovídio Carvalho/Jornal O Norte

Fiscais da Vigilância Sanitária interditaram o refeitório da escola estadual Presidente Médici

# Programa inspeciona escolas públicas, em JP

Mais de 120 escolas de educação infantil e ensino fundamental da rede pública de João Pessoa já foram inspecionadas pelo Programa de Fiscalização da Educação Básica, coordenado pelo

Ministério Público da Paraíba. Em quase todas as unidades, foram encontradas irregularidades que comprometem a qualidade do ensino oferecido a crianças e adolescentes. Página 5

# Operação “Espelho de Prata” prende quadrilha especializada em fraudar carteiras de habilitação

Página 6



Cem famílias do Assentamento Nossa Senhora da Penha, que há dois anos vivem em casas de taipa, serão beneficiadas com casas de alvenaria no bairro Areial, em Mamanguape

**SAÚDE**



Órgãos fiscalizam serviços de saúde em municípios do Alto Sertão e na Capital

PÁGINA 3

**MULHER**



Governo do Estado descumpre “Lei Maria da Penha” e é acionado na Justiça para construir casas-abrigos

PÁGINA 5

**PATRIMÔNIO**



Uso gratuito de bens públicos por particulares é questionado, no município de São José de Piranhas

PÁGINA 7

**MEIO AMBIENTE**



Paraíba trata 1% do lixo que produz; seminário discute alternativas para destinação final dos resíduos sólidos

PÁGINA 8

## ESPAÇO DO LEITOR



“Escutamos muitas denúncias sobre a situação das escolas. Por isso, é importante o trabalho de fiscalização que o Ministério Público está fazendo, principalmente, em relação à merenda. Muitas crianças saem de casa sem se alimentar e a única refeição que elas fazem no dia é a que é dada na escola.”  
Adriana Maria Linhares, telefonista

Parabéns ao MP por sua atuação no Estado da Paraíba! É muito importante que todos saibam com transparência as ações dos nossos governantes e como anda a administração que nós confiamos em suas mãos. A alimentação escolar é fundamental e é um direito que precisa acontecer de maneira adequada.

Rodrigo Gomes, administrador de redes

É importante para o cidadão saber que não está desamparado, que o Ministério Público está atuante na fiscalização e providenciando soluções e melhorias. É inacreditável e até inaceitável tanta modernização e desenvolvimento e ainda existir famílias que percorrem tantas distâncias para conseguir água para beber. Parabéns ao MP por fazer valer a justiça aos nossos concidadãos.

Alex Taveira dos Santos, estudante



O Ministério Público está de parabéns pelo jornal social, que vem expandindo a atuação dos membros e servidores em suas Comarcas, com textos claros e objetivos, com conteúdos relevantes e imprescindíveis para a divulgação dos trabalhos, propiciando ao cidadão um serviço de extrema importância para buscarem os seus direitos junto às Curadorias.

Décio Imógenes Araújo, agente administrativo

Participe do *Jornal do Ministério Público Social*, enviando sugestões, críticas e opiniões para o e-mail [jornal@mp.pb.gov.br](mailto:jornal@mp.pb.gov.br).

## APRENDENDO DIREITO

**LIMINAR:** (Direito Processual Civil) é a providência tomada pelo órgão que exerce a função de julgar, antes de discutir o feito, para resguardar o direito alegado, evitando dano irreparável.

JORNAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

Social

**Procurador geral de Justiça**  
Oswaldo Trigueiro do Valle Filho  
**Subprocurador-geral de Justiça**  
Nelson Lemos  
**Corregedor-geral**  
Paulo Barbosa  
**Secretário-geral**  
Bertrand Asfora  
**Coordenador do 1º Caop**  
Adrio Nobre Leite  
**Coordenador do 2º Caop**  
Luís Nicomedes

**Ministério Público da Paraíba**  
**Procuradoria Geral de Justiça**  
R. Rodrigues de Aquino, s/n, Centro  
CEP: 58.013-030 - João Pessoa/PB  
Tel.: (83) 2107-6000  
Site: [www.mp.pb.gov.br](http://www.mp.pb.gov.br)

**Jornalista Responsável**  
Cristina Fernandes - DRT: 826/05-68

**Projetos Editorial e Gráfico e Diagramação:**  
Cristina Fernandes

**Integrantes da Assessoria de Imprensa do MPPB**  
Almira Félix, Anselmo Guimarães, Lila Santos, Alexsander Carvalho, Cristina Fernandes

**Fotografia**  
Daniel Félix  
**Chargista colaborador**  
Euclecio Fernandes

**Assessora de Imprensa**  
Elaine Elane

**Tiragem:** 5.000 exemplares



## ARTIGO

## Uma epidemia chamada corrupção

CLÍSTENES BEZERRA DE HOLANDA

Após vários encontros realizados no final de 2009, os promotores de Justiça da Paraíba elegeram o combate à corrupção como foco de atuação por parte de todo o Ministério Público Estadual para 2010, em matéria de defesa e proteção do patrimônio público. Por essa escolha, deduz-se que os promotores identificaram a corrupção como sendo um dos mais graves, senão o mais lesivo dos males que assolam nosso Estado.

Ao que parece, com razão. A Equipe Especializada de Defesa do Patrimônio Público e Terceiro Setor, no intuito de responsabilizar os envolvidos na “Operação Transparência”, aguçou a percepção em torno da real extensão e gravidade dos danos causados por uma organização criminosa extremamente bem estruturada, articulada, capilarizada e especializada no desvio de recursos públicos através de fraudes em licitações para a contratação de obras de engenharia nos municípios do Estado.

O tamanho do prejuízo para os cofres públicos (calculado inicialmente em mais de R\$ 150 milhões) e a quantidade de municípios em que as fraudes ocorrem, há pelo menos, cinco anos demonstram o quanto generalizaram-se os atos criminosos de corrupção nessa área, levantando fundadas suspeitas, inclusive, da formação de verdadeiro cartel para a prática de fraudes em licitações.

Ao atuar de forma incisiva no combate a essas práticas criminosas, o MPPB cumpre o dever de zelar pela legalidade e resgata a dignidade e a cidadania dos moradores dos municípios

atacados por criminosos que não apenas enriqueceram ilicitamente, mas que, pior, cometeram a hediondez de subtrair de pessoas humildes, direitos básicos como saúde, educação, moradia, alimentação e tantos outros, ao canalizarem para seus bolsos, recursos públicos, que deveriam ter sido aplicados em favor do povo.

Contra a força da corrupção - essa verdadeira epidemia criminosa que se alastrou pelo País e que, a cada dia, exhibe mais uma de suas numerosas facetas e tentáculos -, é necessária uma atuação firme, incessante, combativa e rigorosa de todas as instituições de fiscalização e controle dos gastos públicos e de repressão ao crime organizado, de modo que cada cidadão em sua cidade, percebendo a atuação desses órgãos, a punição dos culpados e os resultados das ações, sintam-se estimulados a fiscalizar, a denunciar e, especialmente, a melhor escolher seus administradores a cada nova eleição.

**Clístenes Bezerra de Holanda** é promotor de Justiça da Promotoria de Esperança e coordenador da Equipe Especializada de Defesa do Patrimônio Público e Terceiro Setor

# MP e órgãos de controle fiscalizam unidades de saúde

*No Sertão, serviços têm problemas de infraestrutura e organização; a UTI neonatal mais próxima fica a 342 quilômetros*

Ausência de registro nos prontuários, medicamentos armazenados de forma inadequada e falta de material de higiene. Esses foram os principais problemas constatados, nos dias 7 e 8 de junho, pelo Ministério Público da Paraíba, Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem e Farmácia e Agência Estadual de Vigilância Sanitária em postos de saúde e hospitais de Cajazeiras, Bom Jesus e Cachoeira dos Índios, no Alto Sertão.

A equipe encontrou problemas nos postos de saúde do bairro São José, em Cajazeiras (que funciona como posto de treinamento para estudantes de Medicina) e no único posto de saúde de Bom Jesus. “Os medicamentos são armazenados de forma errada. Faltam sabonete líquido e papel toalha nos banheiros. A unidade não tem sequer indicação”, disse a coordenadora da Equipe

Especializada em Saúde e Consumidor do MPPB, Adriana Amorim.

Embora o Hospital Regional de Cajazeiras já tenha sanado muitas irregularidades apontadas em inspeções anteriores, ainda persiste o problema da escala de médicos plantonistas. “A inexistência de UTI neonatal em Cajazeiras também é muito preocupante. O serviço mais próximo é em Campina Grande (a 342 quilômetros)”, acrescentou a promotora de Justiça.

A equipe também visitou o Hospital de Cachoeira dos Índios que está interditado. A unidade ainda passa por obras e não há perspectiva para a conclusão.

Os relatórios das inspeções serão encaminhados à Promotoria de Justiça da Comarca de Cajazeiras, que tomará as medidas necessárias para garantir o direito à saúde aos cidadãos.



Equipe da Agevisa, CRM, Coren e MPPB faz inspeção no Instituto Cândida Vargas

## Pacientes são atendidos nos corredores

O Ministério Público também realizou inspeções na Capital. No Hospital de Trauma, a equipe flagrou pacientes sendo atendidos nos corredores, devido à falta de leitos e à grande demanda de usuários vindos do Interior.

O Hospital Santa Isabel está em reforma e por isso, funciona parcialmente. No Instituto Cândida Vargas (ICV), também há uma grande demanda de pacientes do Interior e outros Estados. “Em 2009, foram atendidos 266 pacientes de Pernambuco”, disse o promotor substituto da Saúde,

Arlan Costa.

Ele vai aguardar os relatórios da Agevisa, do CRM e Coren para tomar as providências cabíveis.

### Investigações

Em maio, três bebês morreram no ICV. Os óbitos ocorreram no intervalo de uma semana. As investigações para apurar se houve erro médico prosseguem. “Se os relatórios indicarem que há problemas na maternidade, vamos chamar os responsáveis para firmar um termo de ajustamento de conduta”, afirmou o promotor.

## MORTALIDADE MATERNA E INFANTIL

# Municípios discutem ações para reduzir taxas

Vinte e um municípios que apresentam as piores taxas de mortalidade materna e infantil do Estado deverão encaminhar ao Ministério Público da Paraíba as estratégias que serão adotadas para reduzir o número de mulheres que morrem por complicações na gravidez e parto e as ações para diminuir o número de óbitos de bebês menores de um ano de idade.

O compromisso foi assumido no Fórum Estadual sobre Atenção Humanizada Materna e Neonatal promovido pela Secretaria Estadual de Saúde em parceria com o MPPB, no dia 10 de junho, em João Pessoa. “O objetivo do Ministério Público é uniformizar a atuação das promotorias de Justiça nesses 21 municípios prioritários para, em um segundo momento, propor um ajustamento de conduta e cobrar o cumprimento das ações e a diminuição dos índices”, explicou a coordenadora da Equipe Especializada em Saúde e Consumidor, Adriana Amorim.

Durante o evento, foram discutidas ações estratégicas como a importância da humanização da atenção perinatal nos serviços

públicos de saúde. O “Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal” do Ministério da Saúde também foi apresentado aos participantes.

### Mortes evitáveis

Nos últimos cinco anos, 109 paraibanas morreram durante a gestação ou em até 42 dias após o término da gravidez. A hipertensão específica da gravidez, infecções e hemorragias são, atualmente, as principais causas de morte materna.

Segundo especialistas, 90% dessas mortes poderiam ter sido evitadas. Para reduzir a mortalidade materna e infantil, os municípios devem melhorar a qualidade da atenção pré-natal, parto, puerpério e a assistência ao recém-nascido.

### Piores indicadores da Paraíba

Alhandra, Bayeux, Cabedelo, Guarabira, Itabaiana, João Pessoa, Mamanguape, Santa Rita, Sapé, Alagoa Grande, Areia, Campina Grande, Esperança, Juazeirinho, Monteiro, Queimadas, Taperoá, Patos, Princesa Isabel, Cajazeiras e Sousa.

### UTI neonatal

No Hospital Edson Ramalho, a equipe constatou lotação no serviço de urgência. A direção informou que a unidade passa por dificuldades financeiras devido à falta de credenciamento no SUS. Sem o credenciamento, o hospital não recebe recursos do Ministério da Saúde.

O problema compromete, inclusive, o funcionamento da UTI neonatal inaugurada em novembro do ano passado. “Hoje, apenas quatro dos seis leitos da UTI neonatal funcionam, mas a previsão é que mais dois leitos sejam desativados por falta de recursos. Vamos fazer uma audiência com o secretário de saúde. A falta de leitos pode resultar na morte de um bebê. Se a secretaria não resolver essa situação, vamos ingressar com uma ação civil pública contra o Estado”, disse Arlan Costa.

## Cirurgias vasculares são garantidas

A Secretaria de Saúde de Campina Grande deve disponibilizar 12 cirurgias de revascularização periférica, por mês, aos pacientes do SUS.

Em maio, o secretário de saúde Metuselá Agra assinou o termo de ajustamento de conduta (TAC) proposto pelo MPPB e assumiu o compromisso de firmar convênio ou contrato de direito público com o Sistema de Assistência Social e Saúde (SAS) para regularizar o serviço de cirurgia vascular eletiva na rede hospitalar de Campina Grande.

O contrato deve prever o

serviço de triagem dos usuários, a realização de exames, o acompanhamento dos pacientes após a cirurgia e os encaminhamentos para a autorização de procedimentos.

Os recursos para financiar o serviço serão provenientes do Fundo Municipal de Saúde. O contrato deverá ter validade de um ano, podendo ser prorrogado por mais 12 meses.

O descumprimento do TAC resultará em multa diária de R\$ 100,00 até o efetivo cumprimento das obrigações.

# TAC garante construção de casas populares

Famílias assentadas e outros moradores cadastrados no programa "Minha casa, minha vida", em Mamanguape, serão beneficiados

O Ministério Público da Paraíba deu um passo importante para garantir o direito à moradia a famílias de baixa renda, em Mamanguape (a 48 quilômetros de João Pessoa). O município e o Governo do Estado celebraram o termo de ajustamento de conduta proposto pela Promotoria de Justiça do Cidadão e se comprometeram a viabilizar a construção de casas populares no bairro Areal.

As obras vão beneficiar as cem famílias do Assentamento Nossa Senhora da Penha que já vivem no local há dois anos e outros moradores cadastrados no programa do Governo Federal "Minha Casa, Minha Vida".

## Fim à disputa judicial

A assinatura do TAC pôs fim à disputa judicial que existia pela área. Em prol do interesse público,

o município de Mamanguape se comprometeu a desistir da ação de reintegração de posse que havia movido contra os assentados e a cumprir a decisão judicial que determinou a devolução do terreno ao patrimônio do Estado. A reversão ocorreu porque o município não havia concluído no prazo de dois anos a construção de casas populares e de obras de caráter social no local.

A Procuradoria Geral do Estado e a Companhia de Habitação da Paraíba (Cehap), por sua vez, darão início ao processo licitatório para a contratação de empresa responsável pela execução das obras. Quem descumprir o termo de ajustamento terá que pagar multa diária de R\$1 mil até o efetivo cumprimento das obrigações, além de responder administrativa e judicialmente.



Cem famílias do Assentamento Nossa Senhora da Penha (conhecido como "Comunidade da Barriguda") vivem em casas de taipa. Elas serão beneficiadas com as casas de alvenaria

De acordo com o presidente do assentamento, Josafá Tavares de Jesus, 42 anos, 1.850 famílias estão cadastradas no Projeto "Minha Casa, Minha Vida", em Mamanguape. "Se o Ministério Público não tivesse tomado a frente do caso, ainda haveria o jogo de

empurra e não teríamos solução para o problema. A expectativa é que sejam construídas 150 casas para atender às cem famílias do assentamento e mais famílias cadastradas no programa. As obras devem ser iniciadas em agosto", disse animado.

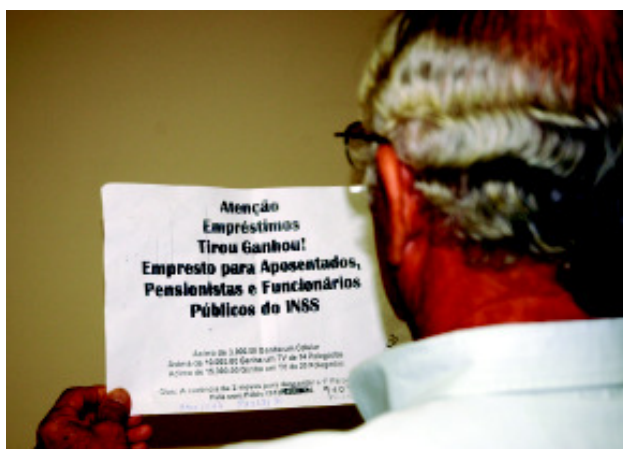
## EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS

# Correspondentes bancários oferecem propina a sindicatos

Presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de vários municípios da Paraíba têm sido abordados por correspondentes bancários para "intermediar" empréstimos consignados a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Segundo o promotor de Justiça Valberto Lira, os correspondentes bancários chegam a oferecer aos presidentes dos sindicatos R\$ 80,00 por cada idoso encaminhado ou comissão de 4% no valor do empréstimo feito pelo idoso.

O problema tem sido relatado nas audiências públicas promovidas em várias cidades pela Equipe



Idosos são incentivados e pressionados a fazer empréstimos

Especializada em Cidadania e Direitos Humanos do MPPB.

## Fraude

Vários são os casos de

empréstimos consignados feitos em nome de idosos de forma fraudulenta. Na Comarca de Rio Tinto, por exemplo, a promotoria de Justiça solicitou o bloqueio de 40 empréstimos irregulares.

Em Mulungu (a 82 quilômetros de João Pessoa), o secretário do

Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Severino Antônio, disse que é comum correspondentes bancários enganarem os idosos, modificando o valor do

empréstimo. Já o vereador do município Estanislau Ribeiro disse que conhece idosos que estão com seus benefícios reduzidos. "Alguns chegam a receber R\$ 120,00 por mês", disse.

## Como se proteger?

Para se proteger da ação de estelionatários, os idosos podem procurar uma agência do INSS e preencher um formulário que proíbe a averbação de empréstimos consignados em seu nome.

As vítimas de fraudes devem procurar a promotoria de Justiça, em sua Comarca, para solicitar o bloqueio do desconto no benefício junto ao INSS.

## PARADAS DE ÔNIBUS

# Promotoria move ação para garantir acessibilidade



O Ministério Público da Paraíba (MPPB) entrou com uma ação civil pública na Justiça para obrigar o município de Bayeux (na Grande João Pessoa) a construir rampas em todas as paradas de ônibus da cidade. O objetivo é garantir o cumprimento da lei e a acessibilidade às pessoas com deficiência e aos idosos.

O assunto foi discutido em audiência pública por várias autoridades, representantes de

bancos e segmentos da sociedade civil organizada. Na ocasião, a secretária de Educação, Maria Madalena de Araújo, disse que das 28 escolas municipais, dez foram totalmente reconstruídas para garantir o acesso e a permanência dos alunos cadeirantes.

## Empréstimos

Os empréstimos consignados para aposentados e pensionistas do INSS também foram discutidos na

audiência. Isso porque muitos empréstimos são feitos em nome de idosos sem o conhecimento deles.

O promotor de Justiça que coordena a Equipe Especializada em Cidadania e Direitos Humanos Herbert Carvalho defendeu a necessidade de se implementar uma política pública para conscientizar os idosos do objetivo desse tipo de empréstimo e sobre a forma de fiscalizar as irregularidades.

# Programa fiscaliza mais de 120 escolas públicas

Promotora fez audiências com as secretarias de educação, exigindo a solução para os problemas constatados; unidades serão reinspecionadas

Mais de 120 escolas de educação infantil e ensino fundamental da rede pública de João Pessoa já foram inspecionadas pelo Programa de Fiscalização da Educação Básica, coordenado pelo Ministério Público da Paraíba. Em quase todas as unidades foram encontradas irregularidades que comprometem a qualidade do ensino oferecido a crianças e adolescentes.

Na escola estadual Presidente Médici (no bairro Castelo Branco), a Vigilância Sanitária interditou o refeitório. No Centro de Referência de Educação Infantil Dom Marcelo (na Comunidade Paratibe), os alunos não dispõem de área de lazer e recreação, os colchões ficam espalhados pelos corredores porque não há almoxarifado, o espaço físico é precário e a ventilação é inadequada.

## Cupins

O prédio da escola estadual Poetisa Violeta Formiga (no Costa e Silva) está infestado de cupins e apresenta péssimas condições físicas, com janelas quebradas e vazamentos no telhado. A quadra da unidade estava coberta com



mato e a cozinha não oferece as condições mínimas para preparar a alimentação escolar.

A escola estadual Índio Piragibe (no Centro) funciona em um prédio antigo totalmente inadequado. Lá, com alunos da primeira fase do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e 150 alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) assistem aulas em cinco salas improvisadas, separadas por divisórias móveis, sem isolamento acústico. O espaço é tão pequeno que alguns alunos são obrigados a sentar de lado para o

quadro negro (foto acima).

A escola não tem biblioteca, refeitório, área de lazer, saída de emergência, nem extintores de incêndio. Os banheiros são impróprios e a caixa de energia elétrica estava desprotegida e ao alcance das crianças.

Na escola municipal Duarte da Silveira (no Costa e Silva), os 467 alunos matriculados não dispõem de monitor de informática nem de professores de inglês, geografia e educação física.

A unidade apresenta problemas estruturais como

insuficiência de bebedouros e infiltrações no telhado. Não há quadra de esporte, biblioteca e sala de informática. Os computadores estavam guardados na sala onde funcionam a diretoria e o almoxarifado. Carteiras quebradas estavam amontoadas no pátio, colocando em risco a segurança dos estudantes.

A promotora de Justiça Fabiana Lobo fez audiências com as secretarias de Educação de João Pessoa e da Paraíba para cobrar a solução dos problemas. “Vamos reinspecionar as unidades para saber se as secretarias cumpriram as recomendações ministeriais. Se os problemas não foram resolvidos, vamos ingressar com ação civil pública”, disse.

## FORÇA-TAREFA

O Programa de Fiscalização da Educação Básica vai contemplar todas as escolas públicas estaduais e municipais localizadas em João Pessoa. A força-tarefa conta com o apoio da Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, Ministérios Públicos Federal e do Trabalho e Conselhos Tutelares.



## “LEI MARIA DA PENHA”

# Ação civil pública cobra construção de casas-abrigos

A Promotora de Justiça de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de João Pessoa ingressou, no dia 1º de junho, com ação civil pública na Justiça para obrigar o Governo do Estado a construir casas-abrigos.

Entre novembro de 2009 e maio de 2010, o Ministério Público tentou, sem sucesso, celebrar um termo de ajustamento de conduta com a Casa Civil e a Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres para fazer com que o Governo do Estado cumprisse a “Lei Maria da Penha”.

Na ação, a promotora pede

que o Executivo Estadual seja obrigado a providenciar, o mais rápido possível, os prédios onde devem funcionar as casas-abrigos para acolher as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e os filhos menores de idade delas.

O MPPB também solicita que o Governo do Estado dê todo o suporte à mulher que vive esse drama, o que inclui alimentação e assistência multiprofissional (com psicólogos, médicos, enfermeiros e assistentes sociais).

## Medidas protetivas

Em 2009, o MPPB ofereceu 1073 denúncias de violência contra

a mulher com base na “Lei Maria da Penha”. Isso significa dizer que, em média, os promotores de Justiça oferecem três denúncias por dia contra agressores de mulheres.

Apesar disso, o número de casos de violência doméstica que chega à Justiça está muito aquém da realidade. Conforme uma pesquisa realizada em março de 2009 pelo Instituto Avon e Ibope, 55% dos brasileiros conhecem mulheres que sofreram agressões.

Para o promotor de Justiça Luiz William Aires Urquiza, a falta de políticas públicas e de medidas protetivas eficazes são alguns dos

principais problemas que colaboram para a subnotificação dos casos de violência contra a mulher na Paraíba. “No ano passado, atendemos uma mulher que foi obrigada a dormir na rua porque não há casa-abrigo no município. Oficiamos o caso à Delegacia da Mulher para que fossem tomadas as medidas protetivas e para que o agressor fosse retirado da casa. Queremos acabar com essa situação. A casa-abrigo é um suporte para a mulher vítima de violência doméstica. A partir do momento em que as mulheres sabem que existem essas casas, elas se sentem mais encorajadas a denunciar seus agressores”, argumentou Urquiza.

# Ministério Público investiga 23 construtoras “fantasmas”

Objetivo é combater a corrupção; 83 inquéritos já foram instaurados na região de Patos para apurar irregularidades em licitações de obras

Vinte e três construtoras “fantasmas” estão sendo investigadas pelo Ministério Público da Paraíba (MPPB). Desde abril, 83 inquéritos civis públicos já foram instaurados pelas promotorias de Justiça na região de Patos (a 300 quilômetros de João Pessoa) para apurar indícios de irregularidades praticadas em licitações de obras de engenharia.

O promotor de Justiça que coordena a equipe especializada, Clístenes Bezerra, disse que as investigações iniciadas pelo Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (Gaeco) e pela Comissão de Combate à Improbidade Administrativa e Irresponsabilidade Fiscal (CCIAIF) apontaram fraudes nos processos licitatórios em 140 municípios. “Acreditamos que o número seja maior. Isso será constatado, à medida que formos estendendo o trabalho a todas as regiões do Estado”, disse.

Segundo ele, o esquema envolvia integrantes das prefeituras (membros das comissões de licitações e/ou os próprios prefeitos) e os responsáveis por empresas e funcionava da seguinte forma: empresas fictícias (existentes apenas no papel) participavam de licitações para contratação de obras de engenharia nos municípios, burlando a competitividade do certame. Em alguns casos, das três empresas participantes, apenas



Na Capital: no endereço apontado como sede de uma das 23 construtoras “fantasmas” investigadas funciona um salão de cabeleireiro

uma existia e saía vencedora. “Em outros casos a vencedora era a própria ‘fantasma’ e era o próprio município quem executava diretamente a obra, contratando servidores temporários e embolsando a maior parte dos recursos dos convênios firmados com os Governos Federal ou Estadual”, explicou.

Para combater a corrupção nos municípios paraibanos, a Equipe Especializada em Patrimônio Público e Terceiro Setor do MPPB e as promotorias de Justiça que atuam no Sertão iniciaram, desde abril deste ano, um trabalho de fiscalização das licitações de obras de engenharia e dos convênios firmados pelas prefeituras com as Organizações da Sociedade Civil de Interesse

Público (Oscip). Atualmente, os trabalhos estão sendo realizados nos municípios da região de Sousa (a 427 quilômetros da Capital).

## Investigações aprofundadas

Para aprofundar as investigações, cada promotor de Justiça está recebendo um “kit” com modelos de peças e ações e com informações sobre indícios de irregularidades já levantadas pelo Gaeco e pela CCIAIF. Também estão sendo disponibilizadas informações sobre as fundações sediadas na Paraíba para que os

representantes do MPPB possam fiscalizar, orientar e acompanhar o trabalho desenvolvido por elas.

Até dezembro deste ano, a Equipe Especializada vai estender a ação a todo o Estado.

## Repasso de R\$ 76 mi

Além acompanhar e orientar as organizações, os promotores de Justiça vão fiscalizar as parcerias firmadas entre prefeituras e oscips.

Um levantamento realizado pelo Tribunal de Contas do Estado, entre 2005 e 2007, revelou que as parcerias resultaram no repasse de mais de R\$ 76 milhões dos cofres públicos municipais para as organizações, muitas delas provenientes de Estados vizinhos como Pernambuco e Rio Grande do Norte. “Vamos tentar acessar informações junto ao Tribunal para aferir a regularidade do serviço contratado. Todo ente parceiro tem a obrigação de fiscalizar a aplicação desses recursos. Se o município não fiscaliza, o gestor pode responder por improbidade administrativa”, explicou o promotor de Justiça que também coordena a Equipe, Alexandre Nóbrega.

## “Espelho de Prata” prende grupo que emitia CNHs fraudulentas

Trinta e uma pessoas foram presas na Paraíba na “Operação Espelho de Prata”, deflagrada em junho, pelo Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado do MPPB, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal. Elas são acusadas de fazer parte de um esquema de emissão de carteira nacional de habilitação (CNH) fraudulenta.

O grupo (formado por proprietários e funcionários de autoescolas, agenciadores, servidores dos setores médico e psicológico do Detran/PB) atuava na Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro. Estima-se que mais de 50 mil habilitações tenham sido concedidas irregularmente, nos últimos cinco anos.

As investigações iniciadas em outubro de 2009 constataram inúmeras fraudes. Um dos médicos

do Detran que foi preso chegava a fazer 4 mil exames oftalmológicos por mês (o que representa um tempo médio de 1 minuto e 50 segundos para a realização dos exames).

## Carteiras por telefone

Para conseguir a CNH sem passar por nenhum exame, os candidatos procuravam uma autoescola que tinha contrato criminoso com servidores do Detran. As carteiras também eram solicitadas por telefone e enviadas por sedex. O valor do documento variava de R\$ 450,00 a R\$ 1.500,00.

A investigação verificou que 117 pessoas aprovadas nos exames do Detran/PB eram analfabetas. Em Itabaiana, nenhuma das 60 pessoas aprovadas nos testes, em um único dia, era do município (20 eram de outras cidades da Paraíba e 40, de outros Estados).

## OPERAÇÃO TRANSPARÊNCIA

# Fraudes ocorreram em 140 municípios da Paraíba

As investigações iniciadas em 2007 pelo Gaeco resultaram, em novembro do ano passado, na “Operação Transparência”, que prendeu 20 pessoas (entre servidores públicos, contabilistas, empresários e “laranjas”). Elas são acusadas de praticar crimes contra a ordem tributária, corrupção, lavagem de dinheiro, fraude em licitação e formação de quadrilha.

Também foram cumpridos os 26 mandados de busca e apreensão de documentos e equipamentos (como computadores) expedidos pela 1ª Vara da Justiça Federal.

As fraudes e manipulações feitas em licitações na área da construção civil e o desvio de verbas municipais, estaduais e federais (inclusive provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento, o “PAC”) aconteceram em 140 dos 223 municípios da Paraíba.

De acordo com o

representante da Receita Federal na Paraíba, José Honorato de Souza, estima-se que, entre 2004 e 2008, a quadrilha tenha desviado R\$ 136 milhões através de crimes contra a ordem tributária. “Uma empresa que recebeu R\$ 7,2 milhões, por exemplo, não recolheu nada. Além de recursos desviados, as empresas envolvidas não pagaram os impostos exigidos por lei”, explicou.

As investigações realizadas pelo Ministério Público da Paraíba, Ministério Público Federal e Polícia Federal apontaram a existência de várias empresas fantasmas criadas pela quadrilha em vários municípios da Grande João Pessoa e do Interior para manipular as licitações. Estima-se que R\$ 100 milhões foram licitados de forma fraudulenta.

A Operação Transparência contou com a participação de 150 policiais federais, 26 auditores da Receita Federal e 11 servidores da Controladoria Geral da União.

# Município descumpre TAC e é acionado na Justiça

Enquanto secretarias e repartições funcionam em imóveis alugados, uso de bens públicos é cedido gratuitamente a particulares para fins lucrativos, em São José de Piranhas

O Ministério Público acionou o município de São José de Piranhas (a 492 quilômetros de João Pessoa) na Justiça para obrigá-lo a cumprir o termo de ajustamento de conduta (TAC) celebrado há três anos. O TAC estabelecia que o município deveria realizar licitação para a concessão do uso de bens públicos a particulares.

De acordo com a própria Prefeitura, o município possui cerca de cem imóveis públicos cedidos a particulares para finalidades lucrativas. Em 22 prédios divididos em 68 boxes, a ocupação é totalmente irregular. Um desses imóveis é o antigo mercado público, atualmente conhecido por "mini shopping".

O MPPB recebeu denúncia de que vários imóveis foram locados pelo município para o funcionamento de secretarias e repartições públicas. "Mesmo assim, a edilidade continua cedendo seus imóveis a particulares, a título gratuito, gastando quantias absurdas com aluguéis para o funcionamento da máquina administrativa", criticou o promotor de Justiça Osvaldo Lopes Barbosa.

O TAC celebrado em junho de 2007 tinha como objetivos fixar critérios objetivos, impessoais e transparentes para a concessão de uso de bens públicos pertencentes ao município, recuperar integralmente os bens públicos que

estão cedidos a particulares e garantir locais próprios para o funcionamento das secretarias e repartições. "O Poder Executivo não vem cumprindo, voluntariamente, o acordo celebrado na forma e no prazo estabelecidos, não restando alternativa ao Ministério Público que não seja se valer da tutela jurisdicional do Estado", lamentou Barbosa.

Na ação, o promotor de Justiça solicita ao juiz da Comarca de São José de Piranhas que defina o valor da



Uso de boxes do antigo mercado público da cidade foi cedido gratuitamente a particulares

multa diária a ser aplicada contra o município pelo descumprimento do TAC.

## Câmara de Santa Rita deve nomear concursados até julho

A Câmara Municipal de Santa Rita deve nomear, até julho, os candidatos aprovados e classificados no concurso público realizado em 2008 e nas vagas constantes na Lei 1.301, de 22 de outubro de 2007. O prazo foi definido no termo de ajustamento de conduta (TAC), celebrado com o Ministério Público da Paraíba. O descumprimento do TAC resultará em multa diária no

valor de R\$ 500,00.

O promotor de Justiça Manoel Henrique Serejo disse que o concurso público realizado em 2008 pela Câmara de Santa Rita ofereceu 20 vagas (sendo cinco para agente legislativo, duas para agente de segurança, oito para assistente legislativo e cinco para técnico legislativo). Passados dois anos, nenhum candidato aprovado e

classificado no número de vagas oferecidas havia sido convocado para nomeação e posse.

Segundo ele, existia uma divergência entre o número de vagas oferecidas no edital e o número de vagas constante na Lei 1.301, que prevê três e não cinco vagas para agente legislativo, como está registrado no edital. O TAC estabelece que a nomeação das

duas vagas excedentes ficará condicionada à análise da Lei.

O termo de ajustamento estabelece ainda que, enquanto não forem nomeados todos os concursados, está proibida a contratação direta de novos servidores por excepcional interesse público, com exceção de contratação de cunho técnico não contemplada no concurso.

### GIRO PELAS PROMOTORIAS

#### Mais segurança na Comarca de Ingá

A Promotoria de Justiça da Comarca de Ingá firmou um termo de ajustamento de conduta com a Delegacia Regional de Polícia Civil e com a Companhia Militar para cumprimento das metas estabelecidas em audiência pública realizada em maio deste ano.

Segundo a promotora Cláudia Cabral, o efetivo da polícia militar terá um aumento de, pelo menos, 25 policiais.

A PM desenvolverá um plano de atuação estratégico nos pontos mais violentos da cidade. Escolas terão rondas noturnas e será feita a apreensão de motos irregulares.

O policiamento será reforçado nos dias de pagamento da folha de pessoal, em Ingá, Riachão do Bacamarte, Itatuba e Serra Redonda.

#### PMs do "caso Araxá" são condenados

Quatro dos sete policiais militares envolvidos no "caso Araxá" foram condenados pela Justiça. Eles faziam parte do serviço de inteligência do 2º Batalhão da Polícia Militar e foram denunciados, em setembro de 2009, pelo MPPB por formação de quadrilha, tortura, extorsão, abuso de autoridade, roubo e coação no curso do processo no bairro Araxá e em outras comunidades de baixa renda da região de Campina Grande.

A tenente Ivny Medeiros, o sargento Romero Matias, o cabo José Cosme da Silva e o soldado Demugi de Lucena Alves foram condenados a penas de reclusão que variam de 2,7 a seis anos. Eles permanecem detidos no 2º BPM e aguardam julgamento dos recursos.

Os soldados Evandro Inácio da Silva e Waldson Feitosa e o cabo Fabrício Matias foram absolvidos.

#### Obras de abastecimento serão retomadas

A Prefeitura de Cruz do Espírito Santo deve retomar, até o final de junho, as obras da rede de abastecimento de água no Assentamento Dona Helena. O prazo foi definido em audiência pública promovida pelo MPPB com representantes da Funasa, Prefeitura, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do assentamento rural.

Foi definido que a Funasa vai liberar mais R\$ 60 mil para dar continuidade às obras da caixa d'água e mais R\$ 30 mil para que a Prefeitura inicie as obras de tubulação e expansão da rede.

Há vários anos, os moradores do Assentamento Dona Helena sofrem com o



desabastecimento de água potável. Em abril, a associação procurou o MPPB para resolver o problema.

#### Lanchonetes desocupam calçadas, em Patos

Proprietários de lanchonetes localizadas em Patos atenderam à notificação do MPPB e retiraram das calçadas e canteiros públicos mesas e cadeiras que estavam atrapalhando a livre circulação de pedestres.

Em maio, a Promotoria recebeu denúncias de que comerciantes estavam obstruindo os espaços públicos, obrigando as pessoas a "disputarem" espaço com veículos nas vias públicas.

# Apenas 1% do lixo produzido na PB é tratado

85% dos resíduos sólidos domésticos coletados nas residências poderiam ser reaproveitados, o que geraria trabalho e renda para várias famílias

Apenas 1% do lixo produzido na Paraíba passa por tratamento de compostagem. De acordo com o diretor da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema), Eloízio Henriques, 76% dos resíduos sólidos produzidos no Estado vão para lixões; 13% vão para aterros controlados e 10%, para aterros sanitários.

Se os 223 municípios paraibanos tivessem uma política eficaz de gerenciamento integrado de resíduos sólidos domésticos, 85% do lixo produzido poderia ser reaproveitado. Além dos inegáveis benefícios para o meio ambiente e para as futuras gerações, a estratégia garantiria postos de trabalho, geração de renda e desenvolvimento sustentado.

Para evitar que materiais que poderiam virar adubo orgânico ou material reciclado continuem sendo jogados em aterros e lixões, a Equipe Especializada em Meio Ambiente e Urbanismo do MPPB realizou, em Campina Grande, o Seminário sobre o Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Domésticos.

O evento reuniu prefeitos e secretários de 40 municípios da região da Bacia do Médio Paraíba.



85% do material jogado no lixão de Campina Grande poderia virar adubo ou material reciclado

O seminário apresentou experiências que, além de reduzir os custos com tratamento e destinação final do lixo, deram sustentabilidade econômica e ecológica e promoveram a inclusão social.

No município de Bituruna, no Paraná, sete toneladas de lixo (das nove toneladas produzidas diariamente) deixaram de ir para o aterro da cidade.

Em Tibagi (também no Paraná), 56% do lixo produzido diariamente é transformado em composto orgânico, 28% é reciclado e apenas 16% vai para o aterro.

## Baixo custo

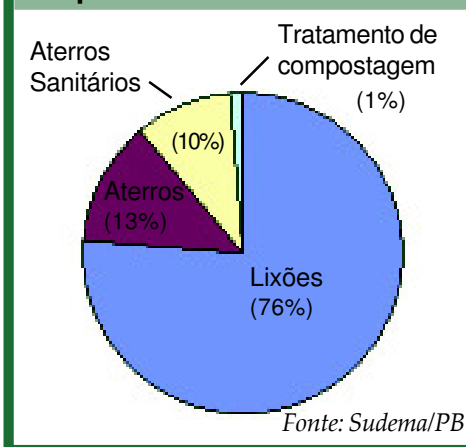
Uma unidade de gerenciamento integrado custa R\$ 90 mil para municípios pequenos que produzem até dez toneladas de resíduos sólidos por dia. Segundo o promotor de Justiça José Farias, cinco cidades que participaram do seminário já demonstraram interesse em implantar o novo sistema: Bayeux, Pocinhos, Alagoa Grande, Soledade e Juazeirinho. "Bayeux tem 100 mil habitantes e produz 60 toneladas de lixo por dia, que vão para o aterro. Com a implantação de três unidades de

gerenciamento integrado, o município vai gerar 240 empregos diretos e apenas nove toneladas do lixo produzido diariamente irão para o aterro. Cada unidade custará R\$ 160 mil", disse Farias.

## Benefícios

Segundo o promotor, 55% do lixo coletado nas cidades poderia ser transformado em adubo natural e 30% poderia ser reciclado. "Diminuir em 85% a quantidade de resíduos colocados nos aterros significa reduzir, na mesma proporção, os investimentos que os municípios devem fazer com a destinação final do lixo doméstico", argumentou.

### Para onde vai o lixo produzido na Paraíba?



## Prefeitura deve coibir queima de fogueiras perto de hospitais

A Prefeitura de Campina Grande poderá pagar multa diária de R\$ 10 mil, caso não coíba a queima de fogueiras em ruas e avenidas asfaltadas e em locais a menos de 200 metros de distância de hospitais e outros equipamentos públicos e privados de uso coletivo, durante os festejos juninos.

A decisão do juiz da 1ª Vara da Fazenda, Francisco Batista, acatou a ação civil pública movida pela Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente.

Segundo o promotor de Justiça José Eulámpio Duarte, em junho, os hospitais registram um aumento de 50% nos atendimentos, devido aos problemas respiratórios agravados pela fumaça que



Foto: Ricardo Diniz

encobre a cidade.

Em Campina Grande, 32 mil pessoas são alérgicas. As principais vítimas são crianças e idosos. "A lei municipal complementar 42/2009 já proíbe esse tipo de prática, mas os órgãos de fiscalização não estão exigindo o cumprimento da lei. Por isso, pedimos providências judiciais", explicou o promotor.

## Autoridades discutem estratégias para combater poluição sonora



Mais de 80% das reclamações registradas na Sudema são referentes à poluição sonora. Na Capital, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente registrou, entre janeiro e abril deste ano, 5 mil denúncias.

Para combater o problema que mais aflige as populações urbanas em todo o País, promotores de Justiça da Paraíba e representantes da Secretaria de Segurança e Defesa Social (Seds) participaram, no dia 15 de junho, de um seminário sobre o assunto.

O evento foi promovido pelo Ministério Público da Paraíba em Campina Grande e contou com a participação da Sudema, Delegacia

Geral da Polícia Civil e do Comando Geral da Polícia Militar. Na ocasião, os participantes puderam conhecer a legislação ambiental.

Dentre as ações que serão desenvolvidas estão a criação do Fórum Permanente de Combate à Poluição Sonora e o engajamento das polícias civil e militar na repressão a esse tipo de crime. Para isso, equipes serão estruturadas e capacitadas até o final do ano, em todo o Estado.

O diretor da Sudema, Eloízio Henriques, disse que o Estado está adquirindo 70 decibelímetros (equipamentos usados para medir sons e ruídos). "É o momento de nos unirmos contra esse grande problema", disse.



ATENDIMENTO AO CIDADÃO  
Seu canal de diálogo com o Ministério Público Social  
Acesse o site [www.mp.pb.gov.br](http://www.mp.pb.gov.br)  
ou envie o e-mail [atendimento.cidadao@mp.pb.gov.br](mailto:atendimento.cidadao@mp.pb.gov.br)